

b) Cessam todos os efeitos decorrentes da declaração de insolvência, designadamente, recuperando a devedora o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão do negócio, sem prejuízo dos efeitos da qualificação de insolvência e do disposto no artigo 234.º do CIRE — art. 233.º, n.º 1, al. a).

c) Cessam as atribuições da Comissão de Credores e o Sr. Administrador da Insolvência, excepto as relativas à apresentação de contas e aos trâmites do incidente de qualificação da insolvência — art. 233.º, n.º 1, al. d).

d) Todos os credores da insolvência podem exercer os seus direitos contra o devedor, no caso, sem qualquer restrição — art. 233.º, n.º 1, al. c).

e) Os credores da massa insolvente podem reclamar da devedora os seus direitos não satisfeitos — art.º 233.º, n.º 1, al. d).

f) A liquidação da devedora prosseguirá, nos termos gerais — artigos 146.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais — art. 234.º, n.º 4 do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa.

16 de Setembro de 2009. — A Juíza de Direito, *Maria José Costeira*. — O Oficial de Justiça, *Filipe Fernandes*.

302314642

Anúncio n.º 7508/2009**Processo n.º 744/09.1TYLSB — Insolvência pessoa colectiva (Requerida)**

Requerente: Vitor Manuel Mateus Ferreira
Insolvente: SUPERÓLEO, LD^a.

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 2.º Juízo de Lisboa, no dia 15-09-2009, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) Devedor(es):

SUPERÓLEO, LD^a, NIF 500277877, Endereço: Rua Eugénio dos Santos, n.º 10, Zona Industrial do Casal do Marco, Arrentela, 2840-000 Seixal, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Agostinho António Feixeira Dias, Endereço: Rua Rio Mira, Catrapona 2, Lote 137, Redondos, 2865-553 Fernão Ferro

Célia Maria Simões Quintas Feixeira Dias, Endereço: Rua Rio Mira, Catrapona 2, Lote 137, Redondos, 2865-553 Fernão Ferro, a quem é fixado domicílio nas moradas indicadas.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr(a). Paula Mattamouros Resende, Endereço: R Carlos Testa 10 R/C Dto, 1050-046 Lisboa.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

É designado o dia 10-12-2009, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

É obrigatória a constituição de mandatário judicial.

17 de Setembro de 2009. — A Juíza de Direito, *Maria José Costeira*. — O Oficial de Justiça, *João Estrela Cruz Horta*.

302321373

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA**Anúncio n.º 7509/2009****Processo: 214/06.0TYLSB**

Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

N/Referência: 21420060

Credor: Daniela & Fernandes, Calçados, L.^{da}
Insolvente: Bárbara Alexandra Dinis, Unipessoal, L.^{da}

O Juiz de Direito de turno ao 3.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, faz saber:

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente:

Bárbara Alexandra Dinis, Unipessoal, L.^{da} NIF: 504610961, com sede em Av. Combatentes da Grande Guerra, n.º 45, 6.º Esq., S. Julião, Setúbal:

Administrador de Insolvência:

Dr.^a Lúcia Maças de Sousa com endereço em Rua Augusto Gil, n.º 10, 1.º Esq., 1000-065 Lisboa:

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por:

Insuficiência da massa insolvente.

Efeitos do encerramento:

1) O incidente de qualificação passa a prosseguir os seus termos como incidente limitado — artigo 232.º, n.º 5, do C. I. R. E.;

2) Cessam todos os efeitos decorrentes da declaração de insolvência, designadamente recuperando a devedora o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão do negócio, sem prejuízo dos efeitos da qualificação de insolvência e do disposto no artigo 234.º do C. I. R. E. — artigo 233.º, n.º 1, alínea a) do C. I. R. E.;

3) Cessam as atribuições do administrador de insolvência, excepto as relativas à apresentação de contas e aos trâmites do incidente de qualificação da insolvência — artigo 233.º, n.º 1, alínea b) do C. I. R. E.;

4) Todos os credores da insolvência poderão exercer os seus direitos contra o devedor, no caso, sem qualquer restrição — artigo 233.º, n.º 1, alínea c) do C. I. R. E.;

5) Os credores da massa podem reclamar do devedor os seus direitos não satisfeitos — artigo 233.º, n.º 1, alínea d) do C. I. R. E.;

18 de Agosto de 2009. — O Juiz de Direito de Turno, (*Assinatura ilegível.*) — O Oficial de Justiça, *Abel Anjos Galego*.

302206872

Anúncio n.º 7510/2009

Processo: 103/09.6TYLSB;

Insolvência pessoa colectiva (requerida);

N/Referência: 1421820;

Data: 23-09-2009;

Requerente: “Artur Veríssimo Alexandre — Alumínio e Ferro, Soc. Unipessoal, L.^{da}”;

Insolvente: “ Brotécnica — Construções e Carpintaria, L.^{da} “;

A Dr.^a Helena Leitão, Juiz de Direito do 3.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, faz saber:

Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente — “ Brotécnica — Construções e Carpintaria, L.^{da} “; N. I. F. 506556808, com sede em Quinta Horta da Fonte, Bairro Novo, Casal da Serra, Santo Antão do Tojal

Administrador de Insolvência — Dr. José Rodrigues Pereira — com endereço em Rua Luís de Camões, n.º 3, 9.º Esq., 2685-220 Portela LRS.

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi designado o dia 28-10-2009, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores para discussão e aprovação do Plano de Insolvência apresentado pelo administrador de insolvência, constante de fls. 110 e ss. dos autos.

Fica ainda notificado de que nos 10 dias anteriores à realização da assembleia, todos os documentos referentes ao plano de insolvência, se encontram à disposição dos interessados, na secretaria do Tribunal.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Ao Administrador da Insolvência, foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

23 de Setembro de 2009. — A Juíza de Direito, *Helena Leitão*. — O Oficial de Justiça, *Abel Anjos Galego*.

302343949

4.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio n.º 7511/2009

Processo n.º 183/08.1TYLSB — Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Insolvente: Companhia dos Grandes Armazéns Alcobia, S. A. e outro(s).

Efectivo Com. Credores: Direcção-Geral dos Impostos e outro(s).

Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Companhia dos Grandes Armazéns Alcobia, S. A., NIF 500068755, Av. Roma, 48 B, 1700-348 Lisboa

Administrador de insolvência: Dr(a). Paula Mattamouros Resende, Endereço: R Carlos Testa 10 R/c Dto, 1050-046 Lisboa Ficam notificado todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi designado o dia 02-11-2009, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores, com a seguinte ordem de trabalhos:

Para discutir e votar a proposta de plano de insolvência apresentado e; Para apreciar e votar a proposta de manutenção ou alteração da deliberação de apresentação pela Sr.ª administradora de insolvência de plano de insolvência, fica ainda notificado de que nos 10 dias anteriores à realização da assembleia, todos os documentos referentes ao plano de insolvência, se encontram à disposição dos interessados, na secretaria do Tribunal. Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

22 de Setembro de 2009. — A Juíza de Direito, *Elisabete Assunção*. — O Oficial de Justiça, *Sónia Veiga*.

302340238

Anúncio n.º 7512/2009

Processo n.º 865/09.0TYLSB — Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Insolvente: Pastelaria Kilumba, L.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 4.º Juízo de Lisboa, no dia 09-09-2009, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

Pastelaria Kilumba, L.ª, NIF 500617287, Endereço: Avenida D. Dinis, 41-A, 2675-333 Odivelas, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

José Tojal Cancela, Av. D. Dinis, N.º 41 -A, 2675-333 Odivelas

Fernando Pereira Tojal, Av Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes, Lote 60 — 4.º Esq.º, 2675-279 Odivelas a quem é fixado domicílio na(s) Morada(s) Indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Bruno Gonçalo Torres de Sousa Brandão, Nif n.º 203539753, Rua Beatriz Costa, n.º 1, 1.º Esq., Botica, 2670-347 Loures

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter Pleno (al.º i) do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que dispõem.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

É designado o dia 10-11-2009, pelas 10:15 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

A Assembleia ora convocada poderá igualmente pronunciar-se sobre o encerramento do processo nos termos do Art.º 232.º do CIRE, caso até à data designada o Sr. Administrador verificar a insuficiência da massa insolvente para satisfação das custas do processo e restantes dividas da massa.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

É obrigatória a constituição de mandatário judicial

22 de Setembro de 2009. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Carvalho*. — O Oficial de Justiça, *Sónia Veiga*.

302338287

4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DE FAMÍLIA E MENORES E DE COMARCA DE LOURES

Anúncio n.º 7513/2009

Processo: 6038/09.5TCLRS Insolvência pessoa singular (Apresentação)

Insolvente: Ana Cristina Neves Guerreiro Graça Gamito e Credor: Cofidis e outros

No Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Loures, 4.º Juízo Cível de Loures, no dia 15-09-2009, às 16.30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Ana Cristina Neves Guerreiro Graça Gamito, estado civil: Divorciado, nascido(a) em 17-11-1965, freguesia de Santiago do Cacém [Santiago do Cacém], nacional de Portugal, número de identificação fiscal 176603522, bilhete de identidade n.º 07342941, Segurança social — 10098600984, com residência na Rua Arminda Gomes de Carvalho, N.º 10 — 1.º Esq., 1885-007 Moscavide, com residência fixada na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeado: Manuel Luis Coelho Albuquerque, número de identificação fiscal 116808888 com domicílio no Passeio das Garças, Bloco 2-A — 4.º B, 1990-395 Moscavide.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno. (alínea i do artigo 36.º — CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 20 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que dispõem.